

## MULHERES-PROFESSORAS E MAL-ESTAR DOCENTE: A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E A DOENÇA

DHEIN, Carla Juliana Formulo<sup>1</sup>  
PPGE/ FaE/ UFPel

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert<sup>2</sup>  
PPGE/ FaE/ UFPel

### 1 INTRODUÇÃO

O mal-estar docente tem sido tema para muitos estudos e discussões ultimamente, tendo tornado-se um problema de saúde pública, pois são muitos os professores e professoras que tiram licença de saúde e não conseguem permanecer em sala de aula. O cansaço e o estresse são alguns dos componentes do mal-estar docente. Os professores e professoras que padecem desse mal, a cada dia que passa, perdem o controle e a autonomia sobre seu trabalho. Em geral enfrentam péssimas condições de trabalho, têm baixos salários, e sofrem com a desvalorização profissional e problemas sociais como a violência.

Segundo o censo do professor de 2007, no Brasil há 1.882.961 professores e professoras, sendo que destes, 81, 94% são mulheres e 18, 06% são homens. Dados que mostram que o professorado, em sua grande maioria, é composto por mulheres. Esse percentual é ainda maior quando se fala nas séries mais elementares da educação básica. Nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, a predominância feminina é facilmente perceptível (98%, 96% e 91%, respectivamente). No entanto, quanto mais passam as etapas do ensino regular, fica mais perceptível a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio. Somente na educação profissional os papéis se invertem, pois há uma predominância de professores homens (BRASIL, 2009).

As professoras, além de serem em maior número nas escolas, também são as mais atingidas pelos sintomas do mal-estar docente, ainda mais as professoras das crianças pequenas, isto é, da educação infantil e das séries iniciais. O mal-estar docente é acompanhado dos sentimentos de desmoralização, de desmotivação e de desencanto que surgem nos professores (ESTEVE, 1999). Isto é resultado das mudanças nas configurações de sua identidade e de seu trabalho. Professores e professoras constituem categorias profissionais “destacadas” pela sociedade para lidarem, como linha de frente, com a dura realidade da miséria, da violência e da exclusão, bem como seus perversos efeitos (Costa, 2005).

O aumento da responsabilidade e das exigências sobre professores e professoras, associado às rápidas transformações do contexto social, têm sido traduzidas em uma modificação do papel do professorado, constituindo-se em uma importante fonte de mal-estar para este tipo de trabalhador (ESTEVE, 1999).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação/ Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Professor Dr. Do PPGE/FaE/UFPel.

O ser (estar sendo) professor(a) é uma atividade, juntamente com outras que envolvem o cuidado, o zelo e vínculos afetivos, que apresenta maior propensão à *síndrome de burnout*, outra denominação utilizada para o que estamos chamando aqui de mal-estar docente ou, ainda, Síndrome do Esgotamento Profissional. Esta afirmação vem ao encontro de declarações feitas pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2001), que reconhece que a Síndrome do Esgotamento Profissional afeta principalmente os profissionais da área de serviços ou cuidadores, como os trabalhadores da educação, da saúde, da polícia, da assistência social, das penitenciárias, entre outros.

Na profissão docente, segundo Giordano et al (2006), ainda há ranços persistentes nas relações de gênero. Observa-se no interior das sociedades capitalistas o entendimento de que a mulher teria uma propensão natural ao exercício de atitudes mais humanitárias, menos predatórias. Trata-se de um mito que repercute, inclusive, quando nos referimos à divisão sexual do trabalho, em que as mulheres teriam aptidões específicas para aquelas profissões que aproximam-se da maternidade e do cuidado com os filhos e maridos, perpetuando-se, “(...) uma imagem de mulher humanitária (assistente social, professora, etc.), conquistando espaços na área de saúde (enfermeiras e nutricionistas, principalmente), mas longe de concorrer com o homem, em iguais condições, nas profissões que exigem as ciências exatas” (AMMANN, 1997, p. 91).

As professoras ficam divididas entre várias e diferentes demandas que lhe são colocadas e pelas quais se auto-responsabilizam na mesma medida: as demandas relacionadas à vida doméstica e ao casamento, aos filhos, etc, e as relacionadas à escola, aos alunos, às pressões por profissionalização. Mas nem sempre essas demandas são atendidas de forma satisfatória. Essas várias exigências, somadas à responsabilidade moral e às condições de trabalho desqualificadas e deterioradas, resulta em grande frustração.

## **2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)**

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa sobre mal-estar docente e gênero, a qual possui estudos bibliográficos e coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, constituindo-se como um dos temas que compõem a pesquisa de Mestrado da autora. A coleta de dados será feita através de entrevistas a professoras mulheres de educação infantil da rede pública municipal de Pelotas que já tiraram licença de saúde por várias vezes. O objetivo da investigação é relacionar gênero, condições de trabalho e a referida doença. Gênero aqui é entendido como uma construção social e histórica produzida a partir de características biológicas (LOURO, 1997).

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Várias pesquisas sobre mal-estar docente (GONÇALVES, 2005; REIS et. al., 2006; ARAÚJO et. al., 2005; ESTEVE, 1999; MARTINS et al., 2010) mostram e afirmam que as professoras mulheres tiram mais licenças de saúde do que os professores homens, “em alto grau de significância” (MARTINS et al., 2010).

Ao mesmo tempo que as professoras mulheres tiram mais licenças de saúde, as professoras de etapas escolares mais elementares, ou seja, que

trabalham com crianças pequenas, são as profissionais que mais tiram licença de saúde em comparação com homens e com docentes que atuam em etapas escolares mais avançadas.

Reis (et. al, 2006) e Araújo (et. al, 2005), por exemplo, realizaram um estudo epidemiológico transversal e evidenciaram elevadas prevalências de queixas de cansaço mental e de nervosismo, cujos fatores de risco associaram-se a idade, a ser mulher, a ter filhos, a carga horária semanal, a renda, a sobrecarga doméstica, a não ter atividades de lazer, além da alta demanda no trabalho e pouco prestígio e valorização social.

Esses dados evidenciam uma cultura de cuidado com as crianças pequenas, as quais precisam ser necessariamente cuidadas por mulheres “tias”, professoras que fazem da escola um prolongamento do lar, cuidando as crianças de forma “natural”, pois são culturalmente fabricadas como “mães”, carinhosas, dóceis. As professoras passam a ser entendidas como “mães espirituais” e cada aluno e aluna passa a ser percebidos/as como seus/suas próprios/as filhos/as (LOURO, 1997, p. 97). As professoras de educação infantil são muitas vezes cobradas pelo cuidado, pelo zelo e não por aspectos pedagógicos.

Assim como mães “ideais”, as mulheres são cobradas a ser professoras “ideais” e têm uma carga pesada de responsabilidade sobre as crianças, seus filhos, seus alunos. Às mulheres, além do casamento e da maternidade, foi destinado o magistério, uma ocupação que parece própria à sua condição de gênero, assim como as tarefas do lar. Foi criada uma representação em torno do “ser professora”, atribuindo-se a ela adjetivos como vocação, cuidado, zelo, o que nos faz concordar com Guacira Lopes Louro que afirma que “a representação não é um reflexo ou espelho da realidade, mas é também e, inclusive, constituidora de realidades” (1997, p. 99).

#### **4 CONCLUSÕES**

Estudos que tratam sobre mal-estar docente que levam em conta gênero, trabalho docente e adoecimento mostram claramente que mulheres professoras, especialmente as professoras de crianças pequenas, são as mais atingidas pelos sintomas do mal-estar docente. Este fato pode ser analisado partindo de posições identitárias nas quais se encontram essas professoras. Identidades mães, identidades protetoras que naturalmente precisam amar e zelar pelos seus “filhos”.

O alto grau de cuidado atribuído às essas professoras angústia na medida em que responsabilizada essas profissionais por tudo o que acontecer com essas crianças. Além disso, as professoras se deparam com longas jornadas de trabalho, com salários baixos, com pouca ou quase nenhuma infraestrutura, com cobrança de formação continuada, com pouca autonomia em seu trabalho, além de uma jornada doméstica e familiar em sua casa que aumenta significativamente sua carga de trabalho diária.

A responsabilidade é tão pesada para as professoras que estas são culturalmente obrigadas a não ficar doentes para não deixar “seus filhos” sem aula, sem cuidado. O imprevisto torna-se diário para fazer uma boa tarefa com as crianças que são tão pequenas e merecem tantos cuidados. Com tantas responsabilidades, as professoras acabam se auto-medicando com antidepressivos e analgésicos, ficando com uma suposta culpa por não dar conta

de tanta responsabilidade que lhes é colocada como natural, com se tivessem “nascido para isto”.

Em um tempo em que se fala tanto em importância da educação, acesso de todos à escola de qualidade, ao ensino de qualidade, está na hora de os órgãos competentes reconhecerem a importância da pessoa que faz o processo educativo acontecer e tratá-la com dignidade e respeito, como historicamente nunca foram tratadas.

## 5 REFERÊNCIAS

- AMMANN, S.F. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XVIII, n. 55, nov. de 1997. São Paulo: Cortez, p. 84-104.
- ARAÚJO, Núria Serre Delcor Tania M.; REIS, Eduardo J. F. B.; PORTO, Lauro A.; [et al.]. Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Rede Particular de Ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jan./fev. 2004.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; **Ministério da Educação**, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do censo escolar da educação básica de 2007. Brasília: **INEP**, 2009.
- COSTA, S. S. Os fardos que podem acompanhar a atividade docente ou de como o mestre pode devir burro (ou camelo). **Educação e Sociedade**, Campinas, V.26, n.93, p.1257-1272, Set/Dez. 2005.
- ESTEVE, J.M., **O Mal-estar Docente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- GIORDANO, Rosi; ANDRADE, Haroldo César Souza de. (Con) Figurações do mal-estar docente na Amazônia. In: **VI Seminário da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente - Rede ESTRADO**, 2006, RIO DE JANEIRO. VI Seminário da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente - Rede ESTRADO, 2006. p. 01-12.
- GONÇALVES, Cecy M. M. M.; **Escola pública: bem estar docente, mal estar docente e gênero**. Dissertação de Mestrado em Educação – PUC- RS, Porto Alegre, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, M. F. D.; VIEIRA, J. S.; GARCIA, M. M. A.; ESLABÃO, L.; BALINHAS, V. G.; SILVA, A. F.; FETTER, C. L. Imagens da docência e condições de trabalho (entre a saúde e a doença). In: DALL'IGNA, M. A.; MARISCO, H. H. L.; PERES, L. M. V. (Orgs.). **Anais do 10º Encontro sobre o Poder Escolar**. Editora e Gráfica Universitária: Pelotas, 2010.
- REIS, Eduardo J. F. Borges dos; ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins; [et. al.]. Docência e exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006.